

OS REJEITADOS URBANOS: A RELAÇÃO ENTRE O CONTROLE SOCIAL E A SEGREGAÇÃO DOS GUETOS

Iasmin Alves Ferreira Melo*

REFERÊNCIA DA OBRA: LOÏC, Wacquant. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008. 156 p.

A obra sob análise é constituída por nove capítulos, elaborados em diálogo interdisciplinar com temas envolvendo a marginalização social, questões étnico-raciais e as políticas estatais dentro da conjuntura neoliberal. Loïc Wacquant, sociólogo francês, dedicou uma década inteira de pesquisas sobre os referidos temas, reunidas neste livro.

A principal tese do autor, que se encontra delineada ao longo dos ensaios que compõem a obra, é de que os aparatos neoliberais removeram o Estado de bem-estar social, passando a administrar os segmentos sociais considerados como indesejados, em especial a comunidade negra, por intermédio do controle penal e da violência inerente a este.

Os guetos norte-americanos se configuram como objeto de estudo do autor, conforme se depreende do título do livro, sendo abordados ao longo dos artigos. O gueto é compreendido por Wacquant como um instrumento de segregação geográfica e social, de confinamento e controle da população negra, representando uma exclusão espacial racista construída histórica e institucionalmente.

O gueto negro simboliza a lógica do poderio branco de dominação e hierarquia étnico-racial, conjugando, em acordo com Michel Wieviorka (1991), os componentes do racismo, preconceito, violência, segregação e discriminação em uma articulada máquina de exclusão, que acaba por constituir uma cidade negra dentro da cidade branca hegemônica. Evidencia-se, então, o abandono estatal por meio da política urbanística que se mantém por conta das estruturas sociais, ideológicas e econômicas.

A partir dessas considerações, são dissecadas as estruturas formadoras do gueto, bem como a tarefa que executam na formação das metrópoles estadunidenses e o seu dinamismo social. Os guetos servem à manutenção dessa forma urbana, na qual a descivilização e a demonização atuam conjuntamente, provocando, inicialmente, o sucateamento e a falência do espaço público. Em seguida, atuam através da proliferação de discursos midiáticos e políticos, em um mecanismo retórico que dissemina preconceitos contra a população segregada.

* Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2046689351995461>. E-mail: iasmelo@hotmail.com.

Uma relação funcional une ambos os processos, sendo o discurso o instrumento utilizado para legitimar a institucionalização desses setores por meio do aparato público. A descivilização do gueto¹ é materializada em especial pela despacificação da vida diária, retratada por Wacquant quando utiliza dados que revelam a periculosidade fabricada nesses espaços pelo próprio Estado, que não possui interesse em criar políticas públicas de proteção a esses habitantes.

A remoção do Estado assistencial também é examinada na desertificação organizacional; ou seja, quando a erosão do espaço público decorre da destruição da infraestrutura pública. Do mesmo modo, analisa como a desdiferenciação social e informalização econômica refletem no declínio da economia formal, diminuindo as oportunidades de trabalho assalariado e abrindo espaço para o narcotráfico, que se expande em meio às crises socioeconômicas.

Desta forma, evidencia-se um liame que associa a destruição do Estado de bem estar social aos processos referidos, resultando em uma dinâmica autossustentável relacionada a fatores políticos, econômicos e sociais, enraizada no colapso das instituições públicas. Entretanto, a retirada do Estado não se dá de maneira total, visto que a emergência de sua faceta punitiva atua como paliativo da desestruturação das estruturas assistenciais.

Esta associação pressupõe a observação de diferentes níveis de análise, perpassando desde as instituições estatais até o modo como as relações sociais podem agir para legitimar as ações do governo. Wacquant defende, nesse sentido, que o medo da violência é utilizado para reforçar os mecanismos de controle social, agindo em conjunto com estereótipos racistas que estigmatizam corpos negros – a demonização retórica. Há, portanto, uma intersecção existente entre a exclusão por classe e raça, através do conceito de hipergueto, sendo o processo de marginalização levado ao extremo.

O autor busca, então, a adoção de uma perspectiva objetiva, racional e analítica no desenvolvimento do conceito de gueto, visando expor as “raízes claramente políticas do padrão urbano de exclusão racial e de classe, cuja materialização concreta é o hipergueto de hoje.” (WACQUANT, 2008, p.11). Assim, os guetos representam a institucionalização do poderio branco, do setor social elevado, detentor do poder econômico, mantendo a diferenciação social e agravando a desigualdade de classes por intermédio do neoliberalismo.

Na construção do conceito analítico do gueto, ressalta seus componentes - o estigma, a coerção, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional. Esses elementos se articulam de modo a maximizar a exploração material e econômica que decai sobre os corpos negros, garantindo o ostracismo social e impedindo que a cultura vista como inferior fosse difundida.

¹ A descivilização do gueto constitui-se na reversão de tendências associada à modificação estrutural das relações, estilo de vida, *habitus*, modos de conhecimento, apontadas por Norbert Elias (1994 *apud* WACQUANT, 2008, p. 34-35), cuja principal causa foi a remoção do Estado e, por conseguinte, a implosão das instituições públicas.

Na história urbana dos Estados Unidos, o confinamento e separação da população negra do restante da sociedade foi o modo utilizado pelas classes detentoras do poder político-econômico para administrar o processo de urbanização no contexto pós-guerra, bem como a pobreza e a questão racial. Destarte, a construção dos guetos funcionou como uma máquina de enclausurar pretos e reforçar o poder de dominação da branquitude por meio do controle social.

O capítulo cinco, de nome homônimo ao título do livro, é descrito pelo autor como o foco central da obra, expondo as duas facetas ou formas do gueto como aparato de segregação, enclausuramento e controle de minorias étnicas, ao passo que também impulsiona a uniformização cultural e a construção de uma identidade.

Em decorrência do processo de exclusão, se formaram as chamadas cidades negras dentro das cidades brancas, símbolo do ostracismo social, com instituições unirracionais, outra economia e outra dinâmica social, constituindo ambientes com cultura própria e detentores de autonomia perante serviços e funções sociais, tendo como produto a coesão interna desses tecidos urbanos.

O referido paralelismo institucional reflete na particularidade e na hostilidade desse modelo urbano de dominação, arquitetado pelo Estado e por intermédio das forças assimétricas de poder, em uma hierarquia étnica racista que consagra a violência coletiva institucionalizada contra os grupos que ocupam posição inferior na disputa de espaço das cidades. Assim, compreender o gueto como um mecanismo resultante e operado pela camada dominante, permite enxergá-lo como uma instituição de duas faces, cumprindo papéis opostos para os dois grupos. O gueto funciona como instrumento de confinamento, com objetivo de controlar a massa dominada enquanto atua como maneira de integração e proteção, dialogando com a “hostilidade externa e afinidade interna.” (WACQUANT, 2008, p.82).

Outrossim, dissecas as três características que compõem a estrutura formadora dos guetos: a pobreza, a segregação e aglomeração étnica. Inicialmente, a pobreza é posta como resultado de fatores exógenos que emergem especialmente de políticas públicas. No tangente à segregação, o confinamento espacial é involuntário, sendo imposto às massas, acarretando no paralelismo das organizações e instituições. Gera um cosmos social; ou seja, cidades negras dentro das cidades brancas. Por fim, funcionando como uma máquina de identidade coletiva, os guetos unificam simbolicamente a cultura dos indivíduos que ali habitam.

Adentrando no Estado Penal, a denominada penalidade neoliberal é tratada como reflexo do abandono do Estado de bem-estar social, especialmente no que diz respeito ao aumento exponencial da quantidade de pessoas encarceradas. Nessa conjuntura, o fenômeno da criminalização em massa da miséria pode ser observado, administrando as consequências do agressivo neoliberalismo nas classes menos favorecidas.

Dessa maneira, essa prática se difunde em um processo de alinhamento que resulta do abandono do Estado econômico, do sucateamento do Estado social e do enrijecimento do Estado penal, instaurando a ameaça de sanção como meio de obter

e manter a ordem social, hipertrofiando a legislação penal e controlando os setores segregados. Para embasar sua tese, o autor cita estatísticas que comprovam que não houve diminuição da violência urbana, visto que as políticas públicas aplicadas sequer questionam a relação de causa e efeito entre a criminalidade e a política de abandono Estatal neoliberal.

Para Wacquant, a questão carcerária é o reflexo do uso do sistema penal de modo populista, combatendo um sentimento de insegurança generalizado e contendo as massas vítimas do ostracismo social nos guetos. O punitivismo opera, então, como reconstrutor da autoridade pública, com o controle policial e o encarceramento complementando a precarização do mercado de trabalho e a desregulação social generalizada.

Ao falar das prisões, ressalta sua construção histórica recente e explicita as três funções dessa instituição consideradas por Claude Faugeron² - encarceramento de segurança, diferenciação e autoridade, cujos objetivos são, respectivamente, segregar indivíduos perigosos; excluir as camadas indesejáveis; e reforçar a detenção do poder punitivo por parte do Estado.

Além do recorte racial, a ineficiência do Estado assistencial resultou no abandono de um grupo de indesejados que incomodou a elite e foi tratado como dejetos humano. Nesse contexto, o controle penal foi tido como recurso para lidar com tóxicos, doentes mentais e sem-teto. A “Guerra às drogas”, por exemplo, não é uma política que pune grandes chefes do tráfico, mas sim, em sua maioria, usuários de drogas que portam pequenas quantidades, informação que o autor comprova ao fornecer dados acerca da população carcerária.

Através de estatísticas, Wacquant também demonstra a relação entre o sucateamento dos hospitais psiquiátricos e o aumento da custódia em prisões de pessoas com problemas psíquicos, comprovando que existe sim relação com o abandono estatal de políticas públicas. Por fim, entrevistas e dados demonstram que os sem-teto cometem pequenos delitos para serem aprisionados, com a intenção de garantirem ao menos as refeições básicas do dia e abrigo, especialmente nas estações mais frias.

Não obstante o abandono do Estado assistencialista, a penalização estatal também sofre com a redução dos custos, simultaneamente ao aumento das bases de vigilância e ao fenômeno do encarceramento em massa, agravando essa situação. Como consequência, tem-se a diminuição na qualidade dos serviços fornecidos e na infraestrutura dos presídios, o uso de tecnologia com o escopo de diminuir o número de funcionários, e até mesmo a cobrança de custos para os apenados ou para suas famílias, ou de reembolso, além da instituição de trabalhos nas dependências prisionais, que utilizam dos presos como mão de obra barata.

Wacquant conclui o livro direcionando seu foco para o desenvolvimento de um pensamento crítico, estimulando reflexões acerca do sistema marcado pelas estrutu-

² Autor do livro “*Approches de la prison*” (1996), “Abordagens da prisão”, em tradução livre.

ras neoliberais, em que as desigualdades encontram-se acentuadas. Esse pensamento crítico deve ser entendido por uma ótica dupla, kantiana, na medida em que realiza a crítica intelectual, e marxiana, ao se voltar para a realidade social.

É necessário convergir as teorias sociais e epistemológicas, adentrando nas formas de pensar e nas relações políticas e pessoais que auxiliam no sustento da macroestrutura. Assim, salienta a necessidade de difusão do pensamento crítico em períodos em que esse sofre ataques simbólicos por meio da disseminação de discursos meramente retóricos.

A obra de Wacquant permanece, então, relevante no contexto hodierno onde é explícito o racismo como elemento estruturante das sociedades ocidentais, perpassando os mais diversos âmbitos incluindo a questão urbana. Desse modo, sua pesquisa demonstra que a questão racial também está presente na maneira como as sociedades são construídas, salientando tratar-se de uma opção política para manter a população negra abandonada e isolada nos guetos.

Em consonância à exposição do autor, a segregação urbana possui reflexo em diversos setores, como o acesso à saúde, educação, empregos, entre outros fatores que contribuem na perpetuação do racismo. Expondo as teses dos artigos de maneira objetiva, Wacquant não somente traz um caráter de denúncia no livro, mas também destaca a importância da difusão do conhecimento para que haja estímulo do pensamento crítico diante das instituições e estruturas sociais.